

# O MOVIMENTO DAS MULHERES DAS OFICINAS DE TRABALHO COMUNITÁRIO DO BAIRRO NOVA MARÍLIA - SP: ENGENDRANDO UM NOVO FEMINISMO?

THE MOVEMENT OF WOMEN FROM THE NEIGHBORHOOD COMMUNITY  
WORKSHOPS NOVA MARILIA - SP: ENGENDERING A NEW FEMINISM?

*Vanessa de Faria Berto*<sup>1</sup>

**RESUMO:** Sob uma perspectiva de gênero, enquanto categoria de análise histórica, e através de um diálogo interdisciplinar com a Sociologia, a Antropologia e a História, este artigo dedica-se a uma breve análise do cotidiano do 'Centro Comunitário Nova Marília' e das mulheres que foram suas membro-fundadoras. Aprofundando-se no estudo dos discursos e das práticas, observados e registrados através de trabalho etnográfico apresentado em dissertação de mestrado, o texto procura entender como tais mulheres consentiam e/ou reagiam frente às representações dominantes da diferença entre os sexos. Particularmente, aqui trabalhamos com a incorporação de normas sociais consideradas 'naturais' e com o conceito de 'violência simbólica' estabelecido por Pierre Bourdieu. Nesse sentido, procuramos compreender também a emergência de um movimento feminista/ feminino, no qual as mulheres se mostraram capazes de articular responsabilidades e privilégios não apenas para si mesmas, mas também para o bem da coletividade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero. Feminismo. Bourdieu. Comunidade.

**ABSTRACT:** From a gender perspective, as a category of historical analysis, and through interdisciplinary dialogue with Sociology, Anthropology and History, this article is dedicated to a brief analysis of the everyday 'Nova Marília Community Center' and women who were their founding member. Deepening the study of discourses and practices, observed and recorded through ethnographic work presented in dissertation, the text seeks to understand how these women consented and / or reacted to the dominant representations of gender difference. Particularly, here we work with the incorporation of social norms considered 'natural' and the concept of 'symbolic violence' established by Pierre Bourdieu. In this sense, we also understand the emergence of a feminist / feminine, in which women are quite capable of articulating responsibilities and privileges not only for themselves but also for the collective good.

**KEYWORDS:** Gender. Feminism. Bourdieu. Community.

## INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho<sup>2</sup> foi uma tentativa de contribuir para o conhecimento dos papéis históricos das mulheres que compunham o quadro de membros do *Centro*

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília. Pesquisadora do Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero – LIEG/ UNESP. Membro do Grupo de Pesquisa “Cultura e Gênero” – CNPq.

<sup>2</sup> Este artigo é uma versão bastante condensada da dissertação de mestrado intitulada “Amélia é quem era mulher de verdade? Mulheres pobres e a construção de uma ‘Nova’ Marília (1980-2004)”, defendida e aprovada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP – Campus de Marília, em março de 2007.

*Comunitário Nova Marília* – o maior bairro do município de Marília - SP, localizado em sua região sul. É importante estabelecer que, quando nos referimos aos papéis sociais das mulheres, não falamos daqueles que são normativos e prescritos, mas, como nos coloca DIAS (1995), aludimos “às mediações sociais continuamente improvisadas no processo global de tensões e conflitos que compõem a organização das relações de produção, do sistema de dominação e de estruturação do poder”. Elas eram moradoras deste bairro periférico – portanto, pobre –, em sua grande maioria chefes e provedoras de suas famílias, que viviam precariamente do trabalho informal e temporário, em atividades malvistas (inclusive por elas mesmas), que se equilibravam sobre a linha tênue que separa a miséria de uma parca sobrevivência, que tentavam oferecer alguma perspectiva de um futuro melhor a seus filhos, que se engajavam em movimentos locais de reivindicação de melhorias para sua comunidade (movimentos cuja organização se estabeleceu e se manteve, em grande parte, por conta do esforço delas), que tiveram de enfrentar e encontrar um jeito de conviver com preconceitos – os próprios e os alheios – todos os dias.

Vale ressaltar que o destaque dado ao Centro Comunitário do bairro justificasse por ser a principal entidade de acesso à estrutura de poder que tais mulheres oficialmente tinham. Era através desse centro que conseguiam manter as oficinas de trabalho que, quando não representavam todo o sustento de suas casas, tinham significativa participação financeira para o mesmo fim. Também era a instituição o principal meio de se fazer reivindicações políticas, já que o lugar era freqüentemente visitado por candidatos e políticos locais, que ali se apresentavam durante campanhas ou vinham prestar contas de seus mandatos. Por fim, era o Centro Comunitário seu ponto de encontro por excelência; é ali que elas trabalhavam, faziam suas festas, rezavam seus cultos, promoviam campanhas de benfeitoria pública e, por vezes, durante esse processo chamado *vida*, conquistavam alguns direitos.

Conquistas e retrocessos, aliás, uma vez que a história dessa luta, sendo concreta e não fictícia, apresenta também as formas como as próprias mulheres incorporam regras e modelos, tidos como *naturais* e perpetuados através de questões culturais e educacionais repassadas por gerações, que as mantém presas a espaços e papéis sacralizados.

A partir da observação e da análise da rotina cotidiana dessas mulheres, na improvisação de papéis informais, na potencialidade latente de conflitos e confrontos e, conseqüentemente, na multiplicação das formas de resistência e luta, foi possível perceber a ascensão de um fenômeno positivo: um *movimento feminino*, se assim o podemos chamar, que mostra que, de receptoras de benefícios, as mulheres têm se colocado na posição de conquistar e promover justiça social. Um movimento cuja preocupação não se restringe à luta pelo reconhecimento formal dos direitos das

mulheres – embora isso não seja menos importante – mas que, através de ações efetivas, buscam articular responsabilidades e privilégios coletivos.

Nesse sentido, fez-se necessário aprofundar-nos nos discursos que traduzem as relações e representações dominantes das diferenças entre os sexos – representações estas, como afirmamos anteriormente, incorporadas pelas mulheres, via de regra – bem como entender as formas como tais sujeitos femininos transitam e reagem dentro desta esfera específica. Auxiliando-nos neste desafio, trabalhamos com o conceito de *violência simbólica*, desenvolvido por Pierre Bourdieu, junto do qual é possível apurar o *olhar* em relação às práticas cotidianas de resistência de tais sujeitos, mediante o modelo normatizador ao qual se submetem e são submetidos.

### O OLHAR DE BOURDIEU: ELUCIDANDO ALGUNS CONCEITOS.

Para compreender a relevância de alguns conceitos de Bourdieu nesta pesquisa, faz-se necessário, antes, esclarecer qual é a nossa compreensão acerca das idéias do renomado sociólogo francês aqui utilizadas, a fim de que se entenda, então, porque nos apoiamos nelas como contribuição à explicação de algumas de nossas hipóteses.

Pierre Bourdieu (1930-2002) é, sem dúvida, um dos autores mais lidos em todo mundo, seja no campo da Antropologia, seja no da Sociologia, e sua contribuição alcança as mais variadas áreas do conhecimento humano, discutindo temas como educação, cultura, literatura, arte, mídia, lingüística e política. Sua discussão sociológica centralizou-se, ao longo de sua obra, na tarefa de desvendar os mecanismos da reprodução social que legitimam as diversas formas de dominação (CORADINI, 1996). Para empreender esta tarefa, Bourdieu, retirando os fatores econômicos do epicentro das análises da sociedade, desenvolveu conceitos específicos, entre outros, o de *habitus*, à luz do qual, segundo o autor, o mundo social deveria ser fundamentalmente compreendido. Bourdieu localiza no conceito de *habitus* o *primado da razão prática* (2002), uma idéia que se relaciona à capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos agentes por meio de disposições para sentir, pensar e agir. Em *A dominação masculina*, a construção do *habitus* é explicada pelo autor como

[...] o produto de um trabalho social de nominação e de inculcação ao término do qual uma identidade social instituída por uma dessas 'linhas de demarcação mística', conhecidas e reconhecidas por todos, que o mundo social desenha, inscreve-se em uma natureza biológica e se torna um *habitus*, lei social incorporada [BOURDIEU, 2002, p. 64].

Assim, o conceito de *habitus* corresponde, dentro da obra de Bourdieu, a uma matriz, determinada pela posição social do indivíduo, que *lhe permite* pensar, ver e agir nas mais variadas situações. O *habitus* traduz, dessa forma, estilos de vida, julgamentos políticos, morais, estéticos. Ele é também um meio de ação que permite criar ou

desenvolver estratégias individuais ou coletivas. Esta postura consiste em admitir que existe no mundo social estruturas objetivas, socialmente construídas que podem dirigir, ou melhor, coagir a ação e a representação dos indivíduos.

O mundo social apresenta-se, objetivamente, como um sistema simbólico que é organizado segundo a lógica da diferença, do desvio diferencial. O espaço social tende a funcionar como um espaço simbólico, um espaço de estilos de vida e de grupos de estatuto, caracterizados por diferentes estilos de vida. Assim, a percepção do mundo social é produto de uma dupla estruturação: do lado objetivo, ela é socialmente estruturada porque as propriedades atribuídas aos agentes e instituições apresentam-se em combinações com probabilidades muito desiguais [...]. Do lado subjetivo, ela é estruturada porque os esquemas de percepção e apreciação, em especial os que estão inscritos na linguagem, exprimem o estado das relações de poder simbólico [...]. Esses dois mecanismos concorrem para produzir um mundo comum, ou, pelo menos, um consenso mínimo sobre o mundo social [BOURDIEU, 1990, p. 160-161].

Dessa forma, no sentido de mostrar que as relações de força entre os agentes sociais apresentam-se sempre de modo transfigurado em relações de sentido, bem como na tentativa de desvendar os mecanismos que fazem com os indivíduos vejam como *natural* as representações ou idéias dominantes, Bourdieu nos apresentou a outro valoroso conceito, complementar à sua noção de *habitus*, também desenvolvido ao longo de toda sua obra, qual seja, a *violência simbólica*. A *violência simbólica* se traduziria nas formas invisíveis de coação que se apóiam, muitas vezes, em crenças e preconceitos coletivos. Sua idéia funda-se, geralmente, na fabricação contínua de crenças no processo de socialização, que induzem o indivíduo a se enxergar e a avaliar o mundo seguindo critérios e padrões do discurso dominante. Para Bourdieu, entretanto, a *violência simbólica* não era fruto da instrumentalização pura e simples de uma classe sobre a outra, mas ela é exercida através dos jogos engendrados pelos atores sociais. Assim, através desse conceito, o autor advogava acerca da não-arbitrariedade da produção simbólica na vida social, advertindo para seu caráter efetivamente legitimador das forças dominantes, que expressam por meio delas seus gostos de classe e estilos de vida, gerando o que ele pretende ser uma distinção social. Seu poder adviria, justamente, de conseguir impor significações e impô-las como *legítimas*. Os símbolos afirmam-se, assim, como os instrumentos por excelência de integração social, tornando possível a reprodução da ordem estabelecida. Nesse sentido, o *habitus* funcionaria como uma força conservadora no interior dessa mesma ordem social.

Com efeito, a partir de um conceito de chave-mestra, que é o da dominação que recobre formas variadas de relações de poder, Bourdieu focalizou a forma a mais insidiosa exercida pela *violência simbólica*. O termo apareceria como eficaz para explicar a adesão dos dominados: dominação imposta pela aceitação das regras, das sanções, a incapacidade de conhecer as regras de direito ou morais, as práticas lingüísticas e outras.

Com base no conhecimento do espaço das posições, podemos recortar classes no sentido lógico do termo, quer dizer, conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes. Esta classe, no papel, tem a existência teórica que é a das teorias: enquanto produto de uma classificação explicativa (...), ela permite explicar e prever as práticas e as propriedades das coisas classificadas – e, entre outras, as das condutas de reunião em grupo (...); poder-se-ia dizer, em rigor, que é uma classe provável, enquanto conjunto de agentes que oporá menos obstáculos objetivos às ações de mobilização do que qualquer outro conjunto de agentes [BOURDIEU, 1989, p. 136].

Pierre Bourdieu elaborava, assim, um sistema teórico que não cessaria de desenvolver: as condições de participação social baseiam-se na herança social. O acúmulo de bens simbólicos e outros estão inscritos nas estruturas do pensamento (mas também no corpo) e são constitutivos do *habitus* através do qual os indivíduos elaboram suas trajetórias e asseguram a reprodução social. Esta não pode se realizar sem a ação sutil dos agentes e das instituições, preservando as funções sociais pela ‘violência simbólica’ exercida sobre os indivíduos e, o que é particularmente importante para nossa pesquisa, com a *adesão deles*.

As diferentes classes e frações de classe estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme os seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo, em forma transfigurada, o campo das posições sociais. Elas podem conduzir esta luta quer diretamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e a qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima (...), quer dizer, do poder de impor – e mesmo inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxionomias) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social [BOURDIEU, 1989, p. 11-12].

É impossível negar a originalidade da obra de Bourdieu, explícita justamente em sua ambição em construir uma teoria sociológica das categorias que organizam a percepção do mundo social. Contrariamente a idéia tradicional da sociologia, de que as práticas culturais são objeto de consenso, na medida em que elas significam o reconhecimento de valores comuns definindo uma civilização e levam à integração nesta civilização e à sociedade que a conduz, a análise da distinção de Bourdieu mostrou-nos, ao contrário, que elas são um meio de classificar, que elas implicam uma batalha perpétua para tomar iniciativa, para se afirmar, para se colocar socialmente. Os julgamentos de gostos, de preferências não são o reflexo da estrutura social, mas um meio de afirmar ou de conformar uma vinculação social.

Ao utilizar o referencial teórico de Pierre Bourdieu, como cotejamento teórico-metodológico adequado a amparar a apreciação empírica, é preciso ressaltar

que, como auxiliares imprescindíveis à pesquisa histórica, os conceitos teóricos não são simples peças a encaixarem-se na investigação. Porém, procuramos aqui, a partir de tais bases teóricas, esclarecer algumas questões evidenciadas por nossa pesquisa de campo.

### **DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DE BOURDIEU À NOSSA PESQUISA.**

Na investigação que fizemos acerca do cotidiano das oficinas de trabalho comunitário do bairro Nova Marília, focalizamos aspectos da subjetividade das mulheres que compõem tais fabriquetas, desde sua luta para construir os locais de produção, além de um lugar de representação maior, no caso, o Centro Comunitário do bairro, bem como nos esforçamos para conhecê-las em todas as dimensões que fossem possíveis a esse tipo de observação científica. Tentamos, nesse processo, captar suas representações, seus comportamentos, as práticas que incorporaram e que justificam suas condutas e, principalmente, suas resistências, buscando apreender todos os aspectos que fazem dessas mulheres...mulheres. Nesse sentido, ancoramos nossa abordagem na compreensão do referencial de Bourdieu que contribuiu para elucidar, nas relações de gênero, os mecanismos da dominação masculina que, gerada em instâncias objetivas, reproduz-se através da subjetivação.

A observação do cotidiano dessas trabalhadoras revelou um processo de internalização de princípios androcêntricos, exemplificados em sua negação em fazer parte do corpo diretivo do Centro Comunitário, uma vez que tais funções – além de terem de ser exercidas à noite, um *horário de homens* – as exporiam em demasia diante de outros.

Na pesquisa empírica foi possível constatar que aspectos objetivos – da materialidade dos espaços e das relações de trabalho e confraternização – e subjetivos interagem incessantemente na construção das ordens material e simbólica de dominação. Foi possível observar nas representações das mulheres, explicitadas em longas conversas informais gravadas, os mecanismos por meio dos quais as estruturas sociais subjetivam-se em *habitus*, ou seja, em disposições adquiridas, gostos, estilos, princípios de distinção e classificação, abrindo caminho para a instalação, nas trabalhadoras, da *impotência aprendida*:

Segundo a lei universal de ajustamento das esperanças às oportunidades, das aspirações às possibilidades, a experiência prolongada e invisivelmente mutilada de um mundo sexuado de cima a baixo tende a fazer desaparecer, desencorajando-a, a própria inclinação a realizar atos que não são esperados das mulheres – mesmo sem estes lhes serem recusados... aquela experiência favorece o aparecimento de uma ‘impotência aprendida’ [BOURDIEU, 2002, p. 77].

Essa internalização de valores que normatiza a vida social sob um aspecto diferenciador de homens e mulheres, conduz, ainda, à introjeção do paradigma de relações hierarquizadas, desiguais e de opressão, objetivamente construídas, como

vimos. Quando se colocam enquanto sujeitos inadequados para o exercício de uma determinada função, quando estabelecem locais e horários para a atuação feminina, além de privarem-se do direito de exercer o poder diretamente, tais mulheres submetem-se a um sistema social que as coloca à mercê de decisões alheias, ou seja, em uma posição inferiorizada dentro deste mesmo sistema.

Sua ausência dos cargos de chefia do bairro, ainda que sua atuação concreta seja maciça e fundamental para o bom funcionamento do Centro, embora pareça ser fruto de uma escolha pessoal, refere-se ao temor – socialmente construído – das próprias mulheres em lidar com o sucesso, fator que corrobora, ainda que de forma não determinante, para a persistência nos espaços sociais em que transitam de uma hierarquia político-administrativa, com a supremacia do masculino. Endossam-se, assim, as reflexões de Bourdieu acerca da dificuldade feminina em lidar com o poder ou com cargos de chefia. Para assumir postos mais elevados, não se cogita experimentar uma nova forma de gestão, mais *feminina*, talvez. O único caminho que se vislumbra é a reedição de um jeito masculino de dominar e exercer o poder.

Na observação do cotidiano das oficinas comunitárias de Nova Marília, foi possível encontrar, assim, muitos exemplos que delineiam o conceito de *violência simbólica* de Bourdieu, uma das formas pela qual se manifesta a dominação simbólica – um sistema de relações que, a despeito de apresentar-se como natural, é fenômeno histórico, social e culturalmente produzido por homens e por instituições sociais. As relações verticalizadas são criadas na objetividade de ações institucionais que estabelecem formas de divisão de espaços e papéis. Tais construções objetivas subjetivam-se, como foi possível apreender nesta pesquisa, sob forma de esquemas cognitivos, de sistemas de percepções. O princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas.

Por conseguinte, a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum e

[...] as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se vêem envolvidas, esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica [BORDIEU, 2002, p. 45].

É justamente neste aspecto que as análises de Bourdieu em muito contribuem ao entendimento das relações de gênero, ao elucidar os mecanismos da dominação que, gerada em instâncias objetivas, reproduz-se através da subjetivação. Suas considerações possibilitaram esclarecer, em uma investigação empírica, todo um sistema de estruturas inscritas nas coisas e nos corpos, que se legitima pela subjetivação e é caminho para que se desenvolva a *violência simbólica*, processo social resultante de estruturas de poder objetivas, que emaranha a alma das mulheres, mutilando sua ousadia, produzindo

nelas o ajustamento de suas expectativas às posições que lhes parecem possíveis, de suas próprias aspirações às possibilidades que visualizam. Não à toa, quando conversávamos sobre sonhos e futuro, as mulheres das oficinas sempre projetavam suas esperanças de realização sobre outros, principalmente sobre os filhos, não fazendo referências à própria existência.

Obviamente, Bourdieu não atribui à categoria *habitus* um caráter de estrutura fixa e imutável, propulsora de práticas sociais homogêneas e predefinidas. Os *habitus* revelam a força instituinte das estruturas, mas não se estabelecem de forma mecânica; passam, antes, pelo *filtro* dos seres humanos e estes não são meros reflexos passivos das estruturas sociais. Daí que sua análise abre-se também à possibilidade não só de reproduções, mas também de contraposições. As práticas de resistência apresentadas pelas trabalhadoras das oficinas comunitárias, mais do que exemplificadas em suas posições políticas (recusam chapas para a diretoria do Centro caso estas não apresentem as características necessárias a responder seus próprios interesses), podem ilustrar essa colocação.

Há um processo contínuo e complexo de produção de mecanismos para a manutenção de um sistema de desigualdades entre os sexos que, vale frisar, é marcado por permanências e mudanças. Entretanto, Bourdieu nos coloca que tais mudanças, tanto podem ocorrer como contraposição ao poder instituído, na forma de projetos que de fato ameaçam seus os detentores, quanto como estratégia destes, para garantir sua continuidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um movimento feminista, de forma geral, pode ser definido como uma organização que se pauta pela defesa da igualdade de direitos e *status* entre homens e mulheres em todos os campos do social (ALVES, 1991). Obviamente, trata-se de uma definição que não corresponde à riqueza intelectual e prática que esse tipo de movimento pode e deve suscitar. Sim, porque *feminismo* é apenas um termo que traduz todo um processo desenvolvido ao longo da História e que, obrigatoriamente, continua a ser trabalhado de forma diária, em todos os espaços da vida social. Por não se tratar de um movimento uno, único, seus diversos matizes representam a ampla variedade de mulheres do mundo todo, percebendo-as em suas infinitas singularidades e respeitando-se suas crenças, desejos, objetivos e valores distintos. Como todo processo de transformação, contém contradições, avanços, recuos, medos e alegrias. Para entendê-lo, é preciso confrontar a situação da mulher na sociedade antiga, medieval e moderna, buscar suas raízes enquanto movimento político e desvendar a ideologia que ainda hoje outorga direitos, deveres e comportamentos distintos para homens e mulheres (PINTO, 2003).

No Brasil, a trajetória do movimento fluiu de acordo com a história singular do país, de modo que apresentou momentos distintos, entre reivindicações por direito ao voto e a um custo de vida mais justo, passando pelas exigências de ser reconhecida como vítima de violência e de atendimento especializado a saúde, até as atuais discussões de gênero, que requerem a desconstrução das identidades naturalizadas e fixas, através dos quais homens e mulheres são culturalmente construídos em seus contextos e significados.

E a história das mulheres, participantes de oficinas de trabalho comunitário e membro-fundadoras do Centro Comunitário Nova Marília, trata-se essa história de um movimento feminista? Vejamos: os objetivos calcados por essas mulheres, quando empreenderam sua luta pela construção do Centro, visavam a melhoria nas condições da vida do bairro de então: asfalto, saneamento básico, fornecimento regular de água e luz, telefonia pública, linhas de ônibus, etc. Tais melhorias destinavam-se não apenas às mulheres do bairro, mas a todos os seus moradores, sem distinção. Isso não desqualifica sua luta quanto a ser um movimento feminista ou não, uma vez que lutar pela conquista de direitos, não somente os femininos, como os de todos os que se encaixem na posição de oprimidos, tem sido característica de movimentos feministas atuais, subsidiados por uma abordagem de Gênero. Na verdade, o que nos impossibilita de caracterizar tal movimento como feminista não são seus objetivos, mas seus princípios norteadores.

Antes de tudo, qualquer ramificação do feminismo defende a idéia de que homens e mulheres são seres de direitos iguais, princípio que deve ser aplicado em todas as dimensões da vida social e particular. Não é o que verificamos quando analisamos a luta das mulheres supracitadas. E isso fica bem claro quando nos detemos na observação da forma como conduzem, por exemplo, as eleições para os cargos administrativos de seu Centro Comunitário, posições de prestígio dentro bairro. Mesmo quando detém a oportunidade de participar dessa esfera pública e política – são elas que, utilizando-se de toda uma história de mobilização e influência sobre sua comunidade, acabam por determinar ‘quem fará o quê’ dentro da entidade – essas mulheres negam a si próprias tal possibilidade.

Incorporando regras e práticas culturais, ensinadas por gerações e tão antigas que se tornam *verdades absolutas*, as mulheres das oficinas de trabalho comunitário do bairro Nova Marília terminam por reproduzir, em seu cotidiano, um modelo normatizador social que estabelece espaços de atuação para homens e mulheres, portanto, *diferenciando-os*.

Essas mulheres não lutam pela mudança da organização social de ordem androcêntrica, porque acreditam que *as coisas são como deveriam ser*, ou seja, que homens e mulheres atuam de forma socialmente diferente, cada qual dentro do campo

que lhe cabe *por direito*; no caso das mulheres, no âmbito doméstico; em relação aos homens, a esfera pública.

Contudo, como nos coloca Chartier (1995, p. 41):

Uma tal incorporação da dominação não exclui, entretanto, afastamentos e manipulações (...). Para as mulheres, se conformar aos cânones corporais (móveis e variados, inclusive) ditados pelo olhar e pelo desejo dos homens não é somente se curvar a uma submissão alienante, mas também construir um recurso permitindo deslocar ou subverter a relação de dominação (...), deve ser entendido como uma tática que mobiliza, para seus próprios fins, uma representação imposta – aceita, mas que se volta contra a ordem que a produziu.

Por mais que se neguem a fazer parte dos cargos eletivos do Centro Comunitário e, assim, atuar diretamente na esfera pública e política do local, essas mulheres permitem-se transitar nas brechas desse sistema e, dessa posição, buscam o controle da situação – ou seja, através de sua influência dentro do bairro, elas se organizam de modo a não consentir que uma diretoria de opiniões e posições, no que concerne ao desenvolvimento do local, opostas às suas, seja eleita. Emerge daqui, então, um *movimento de mulheres* (e não um movimento feminista), cuja atuação, embora esteja vinculada a preconceitos enraizados que resultam na restrição de suas ações, destina-se a atender seus próprios interesses.

Assim, a observação das dinâmicas da atuação dessas mulheres junto à organização do Centro Comunitário nos permitiu *descobrir* outros processos sociais que não os formalmente conhecidos, que trouxe à tona, não um movimento feminista, mas um *movimento de mulheres* que, embora ocorra em um micro espaço, tem relação com uma estrutura maior. Em outras palavras, o movimento organizado por essas mulheres tem correspondência com o processo histórico e universal de resistência das mulheres – todas elas – através do qual estas subvertem diversos obstáculos e traspassam as barreiras do que lhes é *naturalmente permitido* pelas representações culturais, rompendo com o que é tradicional e/ ou oficial.

Não negamos, portanto, as *resistências* apresentadas por esse grupo de mulheres. Atentamos, ainda, para as formas como exercem o poder, formas que podem ser diretas (são elas que, pessoalmente, através de visitas e conversas nas salas de espera de postos de saúde, na rotina de trabalho, *à beira das calçadas*, mobilizam a população local a eleger os nomes de sua escolha, valendo-se da confiança conquistada pelo tempo que residem no local e pela influência difundida por conta de sua história pessoal de lutas por melhorias no bairro) ou indiretamente (quando, por exemplo, propõem a fazer a faxina do Centro Comunitário, mesmo após a realização dos bailes que tanto

reprovam, e exigindo que a entidade abrigue suas práticas religiosas, modos simbólicos de ‘limpar’ a presença do outro, que lhe é estranho).

Destarte, a revisão teórica proposta por diversos autores na análise da participação política feminina, além da crítica ao viés androcêntrico, levanta como um ponto fundamental a ampliação do conceito de política, para que abarque não apenas a política institucional, mas também agregue atividades convencionais e não convencionais (ABRAMOVAY; CASTRO, M., 1998). Esta visão ampliada inclui ainda uma redefinição dos espaços de atuação das mulheres, mostrando as interpelações entre o público e o privado.

Não se trata apenas da reivindicação feminista de politizar o privado, mas de considerar a mulher como um sujeito político, presente na esfera pública, através de espaços de visibilidade que podem ser os movimentos sociais, as campanhas e/ou os protestos políticos, os movimentos revolucionários e até os próprios departamentos femininos nos partidos políticos (AVELAR, 1987). A política adquire então outras dimensões, mais amplas, abrangendo novas práticas significativas em outros níveis além do tradicional.

A exposição da história das primeiras moradoras do bairro Nova Marília, da forma como inspiraram, incentivaram e mobilizaram sua comunidade pela construção de um lugar, uma entidade – o Centro Comunitário – onde pudessem se reunir para discutir idéias e soluções, onde pudessem ouvir e serem ouvidos, onde pudessem simplesmente estar juntos, é também uma tentativa de identificar, nessa pesquisa, uma forma distinta de fazer política, na qual se sobressai a importância da participação das mulheres e a forma pela qual estas constituíram espaços de ação próprios, diverso daqueles historicamente considerados nos conceitos das esferas pública ou privada.

A idéia de um cotidiano feminino vivido no privado, isolado dos acontecimentos políticos e sociais, não encontra respaldo em nossa investigação. Sim, a vida de muitas mulheres se constrói no espaço doméstico, mas este fato não pode ser entendido como sinônimo de isolamento e/ou conservadorismo. Contudo, ao lado das transformações individuais, pessoais, no nível do privado, se chega gradativamente a transformações no nível público.

Para além de comprovarmos ou não a nossa hipótese, qual seja, a de que o movimento feminino apresentado aqui seja ou não um modelo de feminismo, nossa pesquisa procurou dar apoio, através de exemplo empírico, à teoria que evidencia que as mulheres, mesmo partindo da esfera doméstica, podem agir politicamente, utilizando recursos específicos, seguindo caminhos que cruzam os espaços públicos e privados.

A dimensão política não se restringe exclusivamente à esfera pública, às atividades masculinas, mas está presente também no cotidiano que homens e mulheres

vivenciam em conjunto numa determinada relação histórica e que interessa analisar com um enfoque integrador, sem pré-interpretações globalizantes, sem juízos valorativos que desqualificam de antemão formas diferenciadas de envolvimento político.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. CASTRO, Mary Garcia (orgs.). *Engendrando um novo feminismo: mulheres líderes de base*. Rio de Janeiro: UNESCO/ CEPIA, 1998.

ALVES, Branca Moreira. PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. (Coleção Primeiros Passos, 20).

AVELAR, Lúcia. A participação política da mulher e a ideologia do conservadorismo político feminino: subsídios para novas pesquisas. *XI Encontro Anual da ANPOCS*, Águas de São Pedro, 1987 (mimeo).

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). In: Cadernos PAGU – *Fazendo História das Mulheres*. (4). Campinas: PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 1995, p. 37-47.

CORADINI, Odaci Luiz. O referencial teórico de Bourdieu e as condições para sua aprendizagem e utilização. *Revista Veritas*. Porto Alegre, v. 41, n. 162, PUCRS, junho/ 1996. p. 207-220.

DIAS, Maria Odila L. dos Santos. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. *Revista Estudos feministas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2/94, CIEC/ UFRJ, 1994, p. 373-382.

PINTO, Celi Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, 119 p. (Coleção História do povo Brasileiro).